

CONFEA quer tecnologia nacional defendida



“O CONFEA foi um dos primeiros órgãos de fiscalização profissional a debater a Constituinte”

Uma Assembléia Nacional Constituinte eleita exclusivamente para elaborar a nova Carta Magna do País. A eleição de parlamentares comprometidos com a defesa da tecnologia nacional. A reformulação da Lei 5.194, que regulamenta as profissões de engenheiro, arquiteto e agrônomo, e a promoção de encontros e debates para tratar de temas que dizem respeito diretamente às categorias a que representa.

Esta é a estratégia do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA), que iniciou, ainda em março de 1985, portanto meses antes da convocação da Assembléia Nacional Constituinte, as discussões em torno do assunto. Mas o Confea ainda não deu por encerrada esta tarefa e o presidente Luiz Carlos dos Santos organizará vários reuniões com os constituintes — em especial os 75 ligados à área de engenharia — para consolidar as posições em defesa da tecnologia nacional na nova Constituição.



Nos debates do Confea, presenças ilustres como o senador Mário Covas

Debates começaram em 1985

O Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia — CONFEA — foi um dos primeiros órgãos de fiscalização profissional a iniciar as discussões em torno do tema Constituinte. A partir de março de 1985, promoveu vários debates com convidados ilustres, como o então presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Distrito Federal, senador Maurício Correa; o secretário-executivo da comissão Afonso Arinos, Mauro Santayana; o ministro do trabalho, Almir Pazzianotto; o professor de Direito Administrativo da PUC-SP, Celso Bandeira de Mello, e o ex-parlamentar Josaphat Marinho (PFL-BA), entre outros.

A proposta do CONFEA era de proporcionar à opinião pública o maior esclarecimento possível sobre o que viria a ser Assembléia Nacional Constituinte, e desencadear uma discussão em torno da defesa da nossa tecnologia. “Não fazíamos questionamentos político-partidários quando convi-

vamos pessoas para nossos debates. O objetivo principal era fazer ver a todos os segmentos da sociedade o quanto é importante a defesa de tecnologia nacional e dos trabalhadores brasileiros na nova Carta Magna do País”, explica o presidente Luiz Carlos dos Santos.

No segundo semestre de 1985, o CONFEA iniciou uma campanha em todo o território brasileiro com a divulgação de cartazes e “out-doors” falando sobre o tema Constituinte. Ao lema “Pela Defesa da Tecnologia Nacional”, acrescia-se o alerta: “Constituinte também é trabalho para engenheiros, arquitetos e agrônomos”. O sucesso foi enorme e a diretoria do CONFEA decidiu incrementar ainda mais o trabalho de esclarecimento da população. A segunda etapa da campanha constou da publicação de uma cartilha e de um livro de literatura de cordel. A repercussão também foi excelente.

Candidatos apoiados

Depois de iniciar a campanha de esclarecimento da opinião pública sobre o que viria a ser a Assembléia Nacional Constituinte, o Confea apoiou os candidatos ligados ao setor de engenharia em todo o território nacional. A eleição de novembro deu ao segmento a segunda maior bancada — por área de atividade — no Congresso.

A atual proposta do Confea é de que os 75 parlamentares-engenheiros se aglutinem para defender os interesses da tecnologia nacional na Constituinte. Com esta atuação em conjunto, espera-se que outros segmentos se sensibilizem pela causa e aprovelem leis que beneficiem os profissionais brasileiros.

Para possibilitar o entrosamento entre eles, o próprio Confea programou uma série de encontros, que serão realizados a cada dois meses, até a promulgação da Nova Constituição. O primeiro reuniu 25 constituintes, dia 11 de fevereiro na sede em Brasília. Paralelo a isso, o órgão montou toda uma retaguarda de assessoramento aos parlamentares que queiram algum esclarecimento sobre as posições dos engenheiros nas causas que serão analisadas pela Constituinte.

Num momento em que todo o País passa por um processo de redemocratização, o CONFEA também respira estes mesmos ares. A discussão sobre eleições diretas no sistema, foi encampada pela diretoria, atendendo aos anseios de algumas importantes correntes internas. A meta é ouvir a opinião de todos os segmentos a respeito do tema.

O presidente Luiz Carlos dos Santos convocou uma reunião extraordinária dos Conselheiros do órgão, realizada no dia quatro de fevereiro, e dia 13 ouviu as considerações dos presidentes dos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREAs).

A discussão prosseguirá da forma mais abrangente possível. Os próximos a serem ouvidos serão os presidentes das entidades nacionais — Federações dos Engenheiros, dos Arquitetos e dos Agrônomos. A última reunião ocorrerá no mês de maio, com os coordenadores de câmeras de todos os CREAs. Só então será tirada uma conclusão das verdadeiras aspirações da maioria dos profissionais que integram o sistema. Caso se constate a preferência por eleições diretas, o próximo presidente do CONFEA será escolhido com o voto de todos os profissionais dos setores que o integram provavelmente em dezembro deste ano.